

Aprendendo a ouvir meu filho: barreiras na comunicação

Marlon Nantes Foss¹

RESUMO

Este artigo objetiva uma reflexão de que a surdez não é um obstáculo para a comunicação de fato. A linguagem de sinais é o caminho para a integração social dos deficientes auditivos, mas é preciso compreender que todo o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos nas escolas regulares tende a ser retransmitido, traduzido, para outra língua. Respeitar as especificidades de cada forma de comunicação estima ser o caminho para que não haja divergências quanto àquilo que está sendo transmitido aos alunos surdos. As barreiras na comunicação entre membros da família e sociedade é um fator organizador deste artigo, numa assertiva de enfrentar a problemática da surdez. Esta pesquisa de natureza qualitativa foi realizada através de estudos bibliográficos e pesquisa de campo com as famílias, com o intuito de verificar como acontece a inclusão do aluno surdo no ensino regular e seus reflexos no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Surdez. Barreiras na Comunicação. Família de Surdo.

ABSTRACT

This article aims to reflect that deafness is not an obstacle to communication in fact. Sign language is the way for the social integration of the deaf, but one has to understand the whole process of teaching and learning content in mainstream schools tends to be re-transmitted, translated into another language. Respecting the specificities of each form of communication estimated to be the way so there is no disagreement as to what is being transmitted to the deaf students. Barriers in communication between family members and society is an organizing factor of this article, a statement to address the problem of deafness. This qualitative research was conducted through bibliographical studies and field research with families, in order to verify as in the inclusion of deaf students in mainstream education and their reflections in the teaching-learning process.

Keywords: Deafness. Barriers in communication. Deaf Family.

¹ Especialização em Coordenação Pedagógica e Gestão Educacional. Professor Formador da Divisão de Tecnologia Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande/MS. Tutor Presencial do Curso de Pós-Graduação em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado – UFMS.
E-mail: <marlon.nantes@gmail.com>

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa emerge na situação de alunos surdos, cujos membros de suas famílias são todos ouvintes. Na contemporaneidade, os estudos e pesquisas da Educação Especial no ensino regular contribuem para o desenvolvimento humano e em diversas áreas da educação, contudo a escola grita por socorro. Dessa maneira, a investigação se tornou uma grande aliada para o professor em sala de aula com um eixo norteador de uma metodologia participativa, buscando intensificar as inter-relações entre a escola, a família e o aluno de forma produtiva.

Propomos este tema com a finalidade de auxiliar os profissionais e familiares, até mesmo os próprios surdos que lidam com pessoas ou que têm filhos surdos que não aceitam a língua de sinais, para se relacionarem melhor entre si. Nas informações dos familiares há formas diferentes para cada caso, por exemplo, existe mãe que rejeita o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para o filho. Em outra família a LIBRAS é adotada pelo filho surdo como primeira língua e assim os pais vão se adequando nos quesitos aceitação e comunicação com o surdo.

Essa situação se mostra muito comum, observada em muitas famílias, perante a deficiência auditiva. Muitos pais têm insegurança por não saber dar condição favorável para a plena comunicação, partindo desse pressuposto este trabalho vem investigar e contribuir com um novo olhar para as mudanças que se fazem necessárias para a adaptação de ambos.

A trajetória desta pesquisa se inicia com a contribuição de Nikitiuk (1999, p.31) quando diz que “Uma nova concepção de ensino, contudo, está sendo esboçado. Fundamentado principalmente nas teorias de Piaget e Vygotsky, onde a concepção construtivista fornece subsídios para a superação das aulas expositivas como metodologia exclusiva [...]”, isso aponta caminhos para um ensino que estimule o desenvolvimento cognitivo dos alunos em direção a níveis qualitativos superiores.

Antigas concepções educacionais podem não ser as condições adequadas de espaços de aprendizagem, onde todos envolvidos podem aprender a se comunicar, gerando assim uma culminância entre escola e família, resultando na melhor adaptação do surdo, desconstruindo os modelos rígidos e excludentes. A recente organização escolar da inclusão prioriza uma nova concepção de aprendizagem que fundamenta a prática pedagógica. O professor, então, passa a agir como mediador da aprendizagem dando sentido às ações e mobilizando as atividades executadas.

Portanto, este artigo inicia discorrendo sobre a família. Seguido da discussão do aprendizado da língua de sinais na escola com o intuito de problematizar a questão do aprendizado tardio da língua de sinais e fora do seio familiar. Finalizando com explanação dos dados coletados com familiares e surdos. Ressalta-se que o aprendizado da LIBRAS pela família é de extrema importância, podemos afirmar que até crucial para o perfeito desenvolvimento da criança surda.

2. APRENDIZADO DA LÍNGUA DE SINAIS NA FASE ESCOLAR, O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O SURDO

Para as ciências humanas, o sistema linguístico, através da utilização de signos, é o meio de comunicação que todos os seres humanos possuem, e por sua vez, é desenvolvido culturalmente. A aquisição da linguagem, capacidade específica de cada indivíduo, tem um lugar privilegiado no desenvolvimento cognitivo, visto que se iniciarmos nos primeiros anos de vida conseguiremos uma mudança em todo o comportamento humano futuro. É de grande importância para o desenvolvimento futuro que quanto mais cedo a criança estiver em contato com a sua língua natural,

de acordo com o desenvolvimento de suas capacidades, mais cedo ela se reconhece como indivíduo inserido na comunidade em que vive.

Antes mesmo de a criança desenvolver uma língua própria, o processo dessa aquisição começa após o seu nascimento e desenvolve-se ao longo de toda sua formação como indivíduo pensante. Assim, segundo Fernandes & Correia (2005, p.18)

[...] propiciar à pessoa surda a exposição a uma língua o mais cedo possível, obedecendo às fases naturais de sua aquisição é fundamental ao seu desenvolvimento, privá-la desse direito, sob qualquer alegação, é desrespeitá-la em sua integridade.

Os surdos fazem aquisição de língua na maioria das vezes na escola, decorrente do desconhecimento da família. Para o ensino de libras no ensino regular o governo oferece o Atendimento Educacional Especializado–AEE, é um serviço de apoio a esses alunos. Apesar da orientação para que esse atendimento aconteça em salas de recursos multifuncionais, atendendo a todos os alunos com necessidades educacionais especiais incluídos, a organização dessa proposta nas escolas comuns exigiu a sistematização de diretrizes para cada área específica.

Assim, o MEC – Ministério da Educação se empenhou em produzir materiais para distribuir nas escolas e, simultaneamente, passou a oferecer cursos de capacitação. Dentre o material produzido contém um livro específico para a pessoa com surdez, com orientação para que o AEE aconteça em três momentos específicos e distintos, organizados em um período adicional às horas diárias de estudo. Dessa forma, a proposta do AEE para alunos surdos se apresenta em momentos e são organizados da seguinte maneira:

O Momento de atendimento educacional especializado em Libras, em que os conhecimentos produzidos na escola são explicados em Libras por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo. Orienta-se que este trabalho seja realizado diariamente; O Momento de atendimento educacional especializado para o ensino de Libras, em que os alunos com surdez terão aula de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição de termos científicos. Este trabalho deve ser realizado preferencialmente por um professor e/ou instrutor de Libras e deve ser planejado de acordo com o diagnóstico do conhecimento que o aluno tem da língua; O Momento do atendimento educacional especializado para o ensino da Língua Portuguesa, em que são trabalhadas as especificidades da Língua Portuguesa. Orienta-se para que este trabalho seja realizado todos os dias, por um professor de Língua Portuguesa, planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem da língua. (BRASIL, 2013, p. 288).

Podemos perceber que, para esse atendimento acontecer com qualidade, faz-se necessário a presença, na escola, de pelo menos dois profissionais distintos, além do professor responsável pela sala de recursos multifuncionais: o instrutor de Libras e o professor de Língua Portuguesa. Orienta-se para que o instrutor de Libras seja, preferencialmente, surdo, garantindo a troca de conhecimentos em Libras e o ensino da LIBRAS a partir do repertório linguístico do aluno.

A palavra preferencialmente abre a possibilidade de um intérprete e tradutor de Libras/Língua Portuguesa realizar esse atendimento. É preciso destacar que o instrutor de Libras deve ser formado para a realização desse trabalho, o que tem acontecido lentamente no país, reforçando a possibilidade de atuação do intérprete.

No atendimento direcionado ao ensino de Língua Portuguesa, a orientação é que o professor planeje as atividades a partir do conhecimento que o aluno tenha da língua. Aqui estamos diante de outro problema de formação, pois para diagnosticar de forma adequada o conhecimento de um aluno surdo na área de Língua Portuguesa é preciso entender que essa língua não é a sua primeira língua, mas sim a segunda e deve ser exigida apenas na modalidade escrita.

Dessa forma, o ensino de Língua Portuguesa para surdos é um dos grandes dilemas da inclusão desse aluno no ensino regular, uma vez que o mesmo precisa internalizar uma língua alfabética (Língua Portuguesa) a partir de uma Língua não alfabética (Língua de Sinais), já que o aprendizado de uma segunda língua passa pela referência da primeira língua.

Para que isso ocorra, faz-se necessário uma metodologia específica de ensino de segunda língua e, geralmente, os professores de Língua Portuguesa não são formados para tanto. Entretanto, a Língua Portuguesa vem sendo ministrada inadequadamente para os alunos surdos, num contexto de metodologias que elegem o português como língua “materna”, ou seja, com as mesmas metodologias de ensino de Língua Portuguesa para ouvintes.

Conforme Quiles (2010 p. 56), “os surdos têm condições de mergulhar no mundo da leitura e da escrita, entretanto esse caminho deve ocorrer a partir de processos visuais de significação”. Para que esse percurso aconteça, a Língua de Sinais precisa ser privilegiada. Nesse sentido, Fernandes (2006, p. 06) destaca que

Aprender o português decorrerá do significado que essa língua assume nas práticas sociais (com destaque às escolares) para as crianças e jovens surdos. E esse valor só poderá ser conhecido por meio da língua de sinais. O letramento na língua portuguesa, portanto, é dependente da constituição de seu sentido na língua de sinais.

Considerando todas essas colocações, é preciso destacar que o AEE para surdos não pode “abrir mão” de nenhum dos três momentos propostos, pois o aluno precisa ter proficiência em Libras para entender a Língua Portuguesa. Porém, todos os profissionais que irão atuar com esse aluno precisam estar conscientes de suas singularidades linguísticas e preparados para somar em seu processo de escolarização.

Nesse sentido, o AEE para surdos deve ser um trabalho de parceria entre o professor da sala de recursos multifuncionais, o intérprete e tradutor de Libras/Língua Portuguesa, os professores da classe comum, o instrutor de Libras e os professores de Língua Portuguesa (tanto o que atua na classe regular quanto o responsável pelo momento de ensino de Língua Portuguesa no AEE). Para Damazio (2007), “Os alunos, dessa forma, são observados por todos os profissionais que trabalham com ele, devendo ser focalizados os seguintes aspectos: sociabilidade, cognição, linguagem, afetividade, motricidade, aptidões, interesses, habilidades e talentos”.

Por todas as questões apontadas, é de fundamental importância a revisão constante das escolas sobre a qualidade da educação que tem sido oferecida. Na perspectiva da educação inclusiva, pensar sobre os tipos de AEE ofertados, o público-alvo a quem eles se destinam, a formação dos profissionais que atuarão nas salas de recursos multifuncionais, bem como o estabelecimento de um trabalho em equipe de todos os setores da escola.

3. FAMÍLIA: BARREIRAS NA COMUNICAÇÃO

É na família que se inicia a sociedade, nela os indivíduos organizam conceitos e buscam a maturidade por meio de trocas entre seus membros. Por esse motivo, as maneiras de educar são incessantes. Trata-se de um processo que vai do nascer ao morrer, sendo a família considerada, via de regra, a principal responsável pela formação do caráter de uma pessoa.

A Declaração de Salamanca, sobre princípios, política e prática em Educação Especial, reafirma o direito de todos à educação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e reconhece as necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

A educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas. Além desta interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõe-se e busca-se uma pedagogia que se dilate frente às diferenças do alunado. (BEYER, 2006, p. 73).

A educação inclusiva se aplica na inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) nas classes regulares de forma incondicional, completa e sistemática, representando considerável avanço na história da Educação, principalmente em relação ao movimento de inclusão.

Mas ainda há predomínio de um modelo empirista de transmissão de conteúdo, especialmente a partir das séries iniciais do ensino fundamental. Não há valorização das diferentes formas de expressividade da criança (música, dança, artes visuais, poética) e sim, da reprodução de modelos transmitidos apenas sobre os conteúdos que são valorizados e perpetuados no currículo escolar.

A família de uma forma única deve estabelecer o seu papel na formação dos indivíduos. Os primeiros passos para o desenvolvimento natural e social do ser humano são dados dentro da família, pois ela constitui o primeiro grupo no qual a criança é inserida e tem suas primeiras experiências e relacionamentos interpessoais.

Em uma família com filho surdo, acrescenta-se a isso a função da aprendizagem de outra língua, a Libras – Língua Brasileira de Sinais. É através da comunicação que o ser humano se integra, participa, convive e se socializa entre família. Nesse processo, a família aparece como grande responsável, pois é nela que se inicia a primeira formação do ser humano. Para isso acontecer, é necessário o estabelecimento de um canal de língua comum.

Ao refletirmos sobre a família, observamos que a mesma, ao interagir com os filhos, ajudará a formar a personalidade, determinando aí suas características sociais. As atitudes e comportamentos dos pais e demais membros familiares, expressos por suas interações, têm um impacto decisivo no desenvolvimento psicossocial de um filho.

Os cuidados oferecidos pela família constituem estratégias que favorecem o desenvolvimento humano à medida que proporcionam amor, afeto, proteção e segurança dentro de um espaço de inclusão e acolhimento aos filhos. Dessa forma, quaisquer uns destes processos ao sofrerem alterações acarretam mudanças na comunicação oral.

Manzini & Deliberato (2006) explicam que em alguns tipos específicos de deficiências existe a dificuldade da expressão e da fala, como na deficiência mental ou na paralisia cerebral; neste último, o indivíduo pode ter boa habilidade cognitiva, porém a dificuldade na fala ocorre porque não consegue articular ou produzir fala. A falta de comunicação constitui o principal empecilho no relacionamento entre os filhos surdos e seus genitores ouvintes.

Essa dificuldade de comunicação resulta na falta de identificação da língua, podendo resultar em problemas emocionais, falta de um contato mais próximo e dificuldades para o estabelecimento dos vínculos de afeto. Sendo assim, o aprendizado da LIBRAS pela família é de extrema importância, podemos afirmar até crucial para o perfeito desenvolvimento da criança surda.

O diagnóstico da surdez em alguns momentos não deve ficar apenas na esfera dos pais, os profissionais da área de saúde são agentes norteadores, a fim de repensar qual é a relevância de um diagnóstico precoce e ou tardio e seus efeitos na relação familiar. Muitas vezes, essas nomeações de surdez, até acompanhada de outras patologias como: psicótico, deficiente mental, hiperativo etc., impedem que outros atributos e particularidades, antes imaginadas pelos pais, sejam faladas e incluídas na vida da criança pelo peso que o diagnóstico clínico causou.

É perceptivo que quando lidamos com crianças, os profissionais envolvidos são surpreendidos com as possibilidades de cada uma, sendo assim, não se pode ter a ingenuidade de colocar todas no mesmo plano por apresentarem um mesmo quadro clínico. É fundamental ressaltarmos que a estruturação psíquica, de qualquer um de nós, vai além do aparato orgânico e de nomeações diagnósticas. É preciso entender e apostar na criança levando em consideração seus pedidos, anseios, seu lugar no discurso dos pais, pois, dessa forma, ela poderá se constituir enquanto um ser pensante, desejante, singular, e ao mesmo tempo, pertencente a um laço social.

Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam seja dada a seus filhos. Declaração de Salamanca (1994, p. 43):

Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola (onde poderiam assistir a demonstrações técnicas eficazes e receber instruções sobre como organizar atividades extra-escolares) e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos.

Quando uma criança surda nasce, seus pais ou responsáveis sentem-se impossibilitados de agir normalmente com ela. Apresentam-se fragilizados nos primeiros tempos, encontram inúmeras dificuldades à sua frente e, quase sempre, alteram seus planos de vida em função dessa nova situação.

A presença do filho surdo terá um impacto na rotina familiar, o ambiente doméstico, médico, a busca por tratamento, escola, trabalho. Calderon & Greenberg (1999, p. 17).

As tensões e desafios de criar uma criança surda estão associados, a aprender novos métodos de comunicação, estar mais envolvido nas tomadas de decisões sobre educação, aumentar contato com diversos profissionais das mais diversas áreas e comprar e utilizar suportes técnicos, assim como a experiência do dia-a-dia de ter uma criança que é "diferente", pois se comunica de maneira diferente.

A comunicação de surdos em famílias de ouvintes, muitas vezes também pode ser complicada, porque os ouvintes possuem diferentes modelos e necessidades de comportamento visual do surdo. Durante os 5 primeiros meses de vida a criança tem mais o contato visual. Depois disso ocorrem mudanças por interesse em objetos e a família (caso mais frequente a mãe) compartilha dessa atenção com comentários, aponta, faz gestos, mímicas com o filho surdo, a mãe age da mesma forma, por isso a comunicação fica prejudicada com o filho surdo, por não acompanhar o som ao contato visual.

Portanto, a língua, distinta da fala, é um objeto que se pode compreender separadamente. Enquanto que a linguagem é heterogênea. A língua é um sistema de signos que exprimem ideias e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos [sic]².

A comunicação se torna bastante sensível, para que a criança surda solidifique os vínculos sociais e pessoais com a família, se faz necessário ser compreendida e compreender o que ocorre ao seu redor.

As expectativas dos pais, aceitação e adaptação à surdez e o bom funcionamento familiar causam grandes impactos na vida das crianças surdas. As identificações foram precoces, a aceitação da surdez ajuda a família a se ajustar, e os benefícios dessas atitudes solidificam um desenvolvimento linguístico, de habilidades emocionais mais estruturados para a vida acadêmica e social da criança surda.

Ressaltando a questão na situação da surdez, essa ideia do corpo incapaz propagou a incapacidade do surdo para utilizar a linguagem, reforçou um privilégio infundado do sistema auditivo/oral de comunicação, imputando ao surdo uma suposta deficiência linguística que determinou uma visão das pessoas surdas como um grupo físico diferente, como se fossem uma raça diferente, culminando com a criação de um racismo da língua. Quando a conversa é gerada pelas mãos e recebidas pelos olhos a maioria das pessoas supõe que não se está lidando com a linguagem como tal. Cada família adquire seu aprendizado em lidar com a deficiência e as experiências são parte integral para o desenvolvimento.

4. FAMÍLIA: REFLEXÃO E EXPERIÊNCIA

Na expectativa dos pais em relação à criança idealizada, estes reagem ao nascimento do filho deficiente como uma situação de frustração, pois a reação inicial depende da situação psicológica que antecede ao nascimento da criança, de como era a interação do casal e o clima emocional antes do evento que resultará em triste desapontamento.

Para produção deste texto foram utilizados questionários e visitas a três famílias, onde as experiências são transcritas a seguir, em alguns casos o relato faz parte do texto conforme foi dito pelo próprio entrevistado.

A vivência real de famílias com filhos surdos nos proporciona a investigação e a busca de um novo olhar para entender como essa comunicação funciona, após a revisão bibliográfica de obras cujos temas fornecem suporte para elaboração crítica reflexiva sobre a questão da comunicação de ouvintes com surdos, destaco a importância do surdo bilíngue, no ambiente globalizado.

Inicialmente, espera-se um ajustamento que se faz necessário após o diagnóstico da deficiência, é o sentimento de perda. Especialmente na surdez, por não ser visível ao nascimento, os pais começam a suspeitar de que algo está errado um pouco mais tarde.

Luterman (1979) descreve que o segundo estágio é o de reconhecimento, em que os pais reconhecem a calamidade da situação e começam a admitir a situação emocional. No entanto, pode aparecer alguma reação, como os pais se sentirem oprimidos e inadequados para a tarefa de criar um filho surdo, e/ou o sentimento de confusão total, por não compreenderem muitos termos e

² A expressão "surdo-mudo" é incorreta: o surdo não fala porque não recebe sons que sirvam de parâmetro auditivo para repetir. O termo correto é "Surdo".

procedimentos desconhecidos em um curto período de tempo, o que pode levá-los a uma reação de pânico. Outros sentimentos podem emergir nesse estágio, como raiva, depressão, culpa e a super proteção.

Nos três casos estudados, tanto pai como mãe são ouvintes e possuem apenas parentes distantes com deficiência auditiva, e nunca tiveram contato com a Língua Brasileira de Sinais antes do real diagnóstico. Na busca por ajuda tiveram o acesso a LIBRAS por meio de instituições públicas e filantrópicas que servem a comunidade no acompanhamento para famílias que as procuram. Os pais entrevistados foram todos conclusos em ressaltar que desde quando desconfiaram que a criança não ouvia, a maioria deles passou a testar a audição dos filhos para verificar se suas suspeitas eram verdadeiras.

Destacarei a seguir os relatos das famílias de Pedro, João e Antônia. São nomes fictícios, não foi usado nenhum tipo de autorização, as famílias colaboraram com as informações da pesquisa desde que não sejam divulgados dados e suas identidades reais.

Pedro foi diagnosticado aos três anos na casa de um tio, quando em férias. Os familiares procuraram ajuda na cidade de São Paulo e foram feitos os exames constatando que era surdo. Tanto a família estimulou Pedro que se empenhou precocemente, depois do diagnóstico da surdez, em buscar ajuda e aprender a LIBRAS, compreender como outra forma de se comunicar os ajudaria para toda vida.

O aprendizado se deu em contato com a escola regular, assim como os encaminhamentos educacionais para a escola especializada. Após a adaptação, com o passar de cinco anos, a família já estava adaptada e preparada para prosseguir e apoiar a necessidade do uso de uma nova forma de comunicação. Hoje em dia, Pedro com 32 anos é casado com uma surda, licenciado e mestrando em Letras, professor da LIBRAS na rede pública.

No próximo caso iremos conhecer a história de João que nos remete a uma diferente vertente da reflexão e experiência familiar.

Aos 28 anos João teve um AVC – Acidente Vascular Cerebral ficou com o lado direito do corpo todo paralisado, tem muita dificuldade em se movimentar e fazer os sinais, pois usa só o lado esquerdo. Antes de isso acontecer, teve muitas oportunidades de fazer muita coisa boa para ser uma pessoa financeiramente bem, segundo a família, mas não aproveitou, ficou durante 4 quatro anos desaparecido. Quando a família o encontrou estava quase morto, tinha sofrido AVC devido a uma surra que levou. Essa informação foi dada à família pelo hospital onde o encontraram.

A irmã de João que sempre foi sua responsável destaca:

meus pais não criaram ele, mas o pouco que sei, nossa mãe teve rubéola na gestação, eles eram muitos reservados, descobriram quando o João já era grande. No começo procuramos ajuda, porém todos da família que se propunham aprender LIBRAS não tinham sucesso. Logo, ficou somente João que hoje sabe pouco, mas o único a tentar se desenvolver.

Os estudos a respeito dos déficits emocionais dos surdos revelam que a falta de linguagem acarretava na falha do desenvolvimento das estruturas emocionais. A privação da audição gerava isolamento, introspecção, imaturidade, instabilidade, apatia, irritabilidade, impulsividade, cólera, agressividade, dependência, insegurança, ansiedade, egocentrismo, reações psicóticas, desmotivação, distração, rigidez de juízos e opiniões, pobreza de estruturas associativas e conceituais, prejuízo no desenvolvimento da personalidade e no processo de identificação. As características emocionais descritas acima foram consideradas patológicas e influenciaram o não desenvolvimento positivo do caso.

Para tanto, e expondo outra experiência, analisaremos a seguir o caso de Antônia que nasceu de uma gravidez de rubéola citomegalovírus e toxoplasmose. Todos esses vírus causam estragos em quase todo o corpo: coração, audição e mente. Nesse caso, segundo a família, uma equipe multidisciplinar de médicos está analisando os diagnósticos e promovendo a prevenção para que ela futuramente não perca a visão. Tendo outras limitações físicas além da surdez Antônia está inserida junto com seus familiares no curso de LIBRAS, através do CEADA - Centro de Apoio ao Deficiente Auditivo, mas o acúmulo de diagnósticos mostra que Antônia necessita de mais cuidados, uma vez que a deficiência se ampliou para a incapacidade de compreender, de falar, de realizar trabalhos escolares, de desempenhar atividades intelectuais e de socializar-se com as demais pessoas. Desse modo, o termo deficiência abrangeu um efeito total sobre Antônia em todos os aspectos de sua vida.

Para estudar os casos acima foi necessário identificar diversos aspectos direcionados ao desenvolvimento e aprendizagem, começando na escola e posteriormente na família. Apreendemos que o processo para uma aprendizagem eficaz dependeu de inúmeros fatores, dentre os quais detectamos o talento do professor, o tipo intelectual do aluno, as oportunidades oferecidas pelo ambiente imediato da escola, perspectivas futuras de vida do aluno, que poderão explicar a natureza do problema; no contato com as famílias, todas se mostraram atentas e buscam apoiar e incentivar seus filhos, e compreenderam a importância em participar da rotina escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado um grande avanço na educação de surdos o AEE está respaldado legalmente. Por outro lado, a maneira como esse serviço é oferecido precisa ser analisado para que não seja mais uma ferramenta a favor do não aprendizado e, conseqüentemente, da exclusão nos âmbitos educacionais. Nos deparamos com uma série de questionamentos que nos impulsionam a estudos e pesquisas que problematizem sua execução, como a exequibilidade dos direitos.

No caso específico do AEE para os alunos com surdez, faz-se necessário garantir a presença de instrutores surdos, intérpretes educacionais proficientes em Libras e professores de Língua Portuguesa preparados para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua, além disso, os professores responsáveis pelas salas de recursos multifuncionais e os professores regentes devem estar atentos às singularidades linguísticas do aluno surdo e precisam estabelecer um trabalho de colaboração, para que tanto na sala de aula comum quanto no momento do AEE esse aluno possa ser contemplado em suas necessidades.

Para tanto, a LIBRAS, além de ser priorizada na família, também deve ser priorizada em todos os contextos escolares, e as atividades que muitas vezes envolvem adaptações curriculares, devem ser elaboradas de forma significativa, a partir do repertório do aluno em Libras e em Língua Portuguesa. Assim, o escopo da educação para surdos na perspectiva inclusiva, é dizer que o aluno surdo tenha um desenvolvimento cognitivo-linguístico equivalente ao verificado no aluno ouvinte. Isso só será possível se a LIBRAS, além de ser entendida como primeira língua do aluno surdo, for valorizada na escola como um todo.

Atualmente, a comunidade surda, através do resgate de sua cidadania, apresenta um reencontro com sua cultura e sua história, reescrevendo-a sobre seu olhar, reivindicando o direito legítimo de falar sobre si mesmo, visando romper com a descrição, classificação e o rótulo de comportamentos imputados a si e que a transformaram em incapacitada, arrancando-lhe o direito de viver em liberdade e de ter escolhas e possibilidades de futuro.

O olhar para as diferenças parte do princípio de que ao nascer o homem é precedido pela linguagem e imerso em um mundo simbólico/cultural que fala dele, ou seja, diz quem ele é, os valores da comunidade a que pertence, situando-o. A língua que aprende, a maneira que se alimenta, o jeito que senta, que anda, que brinca... está codificado, ficando submetido a regras que dirigem seus movimentos. Essas regras são necessárias para ser possível o convívio em comunidade e vão se modificando com a criação de novas formas de viver, uma vez que o homem é dotado de inúmeras potencialidades que necessitam ser constantemente atualizadas para viver e sobreviver mediante o complexo processo evolutivo.

A linguagem, então, perpassa esse complexo evolutivo e vem em sua origem como consequência da necessidade de transformar a natureza, através da cooperação entre os homens, por meio de atividades produtivas que garantam a sobrevivência do grupo social. Com ela foi possível ao homem agir, ampliando as dimensões de espaço e tempo. Produto de uma coletividade, a linguagem reproduz através dos significados, das palavras e/ou sinais, valores associados a práticas sociais que se solidificaram. Dito de outro modo, a linguagem reproduz uma visão de mundo, produto das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo, para a sobrevivência do grupo social.

Os surdos têm na língua de sinais sua maior expressão. É por meio dela que se comunicam livremente, sem limites, elaborando hipóteses sobre o mundo e as próprias ideias e pensamentos sobre os diversos conceitos. A língua de sinais não é apenas um meio de comunicação, é um conjunto de conhecimentos culturais, um símbolo de identidade social, da história e dos valores e costumes dos surdos.

Todo ser humano tem necessidade de contato com sua comunidade, com seus iguais para, a partir disso, poder estabelecer as diferenças. Dentro de sua comunidade o surdo tem a possibilidade de identificar-se com seus iguais através da interação entre seus membros. Os surdos que desde cedo se integram na comunidade surda consideram-se pessoas essencialmente visuais, com uma linguagem visual, uma organização social, uma história e com valores culturais que lhe são próprios, assegurando uma teoria sobre o mundo e a formação de uma identidade pessoal.

As famílias, em sua maioria, ainda têm dificuldade em identificar a surdez não como uma deficiência, mas sim como uma diferença. As situações diagnósticas em cada caso e o agrupamento de outras patologias são determinações relevantes que acarreta aos surdos a privação do direito de serem cidadãos na sua língua, uma vez que não fazem parte do padrão criado pela sociedade.

REFERÊNCIAS

- BEYER, H. O. **Educação Inclusiva ou Integração Escolar?** Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas, 2006. Disponível em: <<https://de.wikipedia.org/wiki/Inklusive>>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: MAS/ CORDE, 1994.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Atendimento Especial Especializado: pessoa com surdez. Brasília: Câmara Nacional de Educação Básica, 2007. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf> Acesso em: 15 abr. 2014.
- CALDERON, R. & GREENBERG, M.T. Stress and coping in hearing mothers of children with hearing loss: factors affecting mother and child adjustment. *American Annals of the Deaf*. 144 (1) 7-18. Galcerán, F. (1998) CEE de Sords CRAS In: ASPANCE (org.) **Experiencias Bilingües en la Educación del Niño Sordo**. Barcelona: Mayo, 1999.
- DAMAZIO, M. F. M. **Deficiência auditiva**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. (Atendimento educacional especializado – Pessoa com surdez).
- FERNANDES, E. & CORREIA, C. Bilingüismo e Surdez: a evolução dos conceitos no domínio da linguagem. In: FERNANDES, E. (Org.). **Surdez e Bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- FERNANDES, S. Fundamentos para Educação Especial. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação “Especial para a construção de Currículos Inclusivos**. Curitiba/PR: IPBEX, 2006.
- LUTERMAN, D. M. **Counseling parents of hearing impaired children**. Boston: Little Brown, 1979.
- MANZINI & DELIBERATO, D. **Recursos para Comunicação Alternativa**. Portal de Ajudas Técnicas para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa. Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC- SEESP, fascículo 2, 2006.
- NIKITIUK, Sônia. **Repensando o Ensino de História**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- QUILES, R. E. S. **Estudo de Libras**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2010.